

“SAIR DA SALA DE AULA E OUVIR OS TRABALHADORES”: MOVIMENTOS SOCIAIS, HISTÓRIA E UNIVERSIDADE NA ÁFRICA DO SUL

Entrevista com **Eddie Webster***

por **Alexandre Fortes**, **Antonio Negro** e **Paulo Fontes****

Eddie Webster é um adversário corajoso da direita. Apesar da cor da sua pele, branca, ele optou por ficar ao lado daqueles que eram perseguidos e segregados pelo regime do *apartheid* (1948-1994). Isso lhe valeu uma temporada na prisão. E, ainda, uma outra fora do seu país, a África do Sul.

Autor de importantes livros sobre os trabalhadores e a industrialização na África do Sul, Webster é hoje diretor do Departamento de Sociologia da Universidade de Witwatersrand, em Johannesburgo, e mostra-se profundamente entusiasmado com as possibilidades abertas pela democratização e pela pluralidade etno-cultural, representadas na eleição de Nelson Mandela para presidente em 1994.

Webster é também um daqueles sociólogos particularmente preocupados e sensíveis com a história do trabalho. Não obstante as gritantes diferenças existentes entre o caso brasileiro e o sul-africano, paralelos nada desinteressantes podem ser estabelecidos entre os processos de democratização de ambos os países e a reemergência da classe trabalhadora durante os anos 70 e 80, aqui e lá.

* Tradução de Cristina Meneguello.

** Doutorandos em História Social pela Unicamp. Agradecemos a colaboração de Anne Phostuma.

Em agosto de 1995, a convite do professor Jorge Mattoso, do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho) da Unicamp, Eddie Webster veio ao Brasil, conhecer o país que tanta curiosidade desperta na sua terra natal.

Irritado com algumas piadas racistas que ouviu de tarimbados quadros gerenciais em sua visita à unidade fabril da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, Webster também visitou na mesma cidade a fábrica da Mercedes-Benz em nossa companhia (tanto a Volks quanto a Mercedes também fabricam automóveis na África do Sul). Lá, em vez de um humor revelador de velhos preconceitos, tivemos oportunidade de participar de uma acalorada reunião da Comissão de Fábrica e constatar, ao lado de Webster, que, apesar das imensas dificuldades, os trabalhadores de um lado e de outro do Atlântico procuram reagir com energia e determinação aos desafios colocados pelo discurso de globalização e reestruturação das empresas. Também na Mercedes, ouvimos o raciocínio de um importante executivo que apregoava ser aquela empresa a “vanguarda” das relações trabalhistas do setor “moderno” da economia nacional. Alguns dias depois, unilateralmente, a Mercedes-Benz decidia demitir 1,1 mil trabalhadores de suas unidades de São Bernardo e Campinas, azedando suas relações com a Comissão de Fábrica e os sindicatos.

O paralelo com os conflitos em torno da “legislação mais avançada do mundo” de Getúlio Vargas e a comparação com a situação dos trabalhadores sul-africanos nos fez pensar nas relações entre passado e presente.

No hotel, antes de tomar o avião de volta para Johannesburgo, de onde mais tarde se mudaria para a Universidade de Wisconsin (EUA) para estudo e trabalho, Webster nos concedeu esta entrevista.

Pergunta - Na África do Sul e no Brasil ocorreram fenômenos bastante similares. O ressurgimento de um sindicalismo combativo e militante durante os anos 70 incentivou uma reavaliação de grande parte da história do movimento dos trabalhadores nesses dois países. Como o senhor vê esse processo?

Webster - A retomada do sindicalismo e o interesse pela história dos trabalhadores estão fortemente ligados. No final dos anos 60, muitos sul-africanos estiveram sob a influência do pensamento da Nova Esquerda, em particular da teoria de classes. Inicialmente, fomos muito influenciados por Althusser, pelo marxismo estruturalista, e pela teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso. Porém, acredito que aquela tradição estruturalista foi ultrapassada pela ação dos trabalhadores da África do Sul nas greves gerais de 1973,¹ que levaram a intelectualidade a descobrir uma tradição de ação coletiva, que não havia sido explorada. Fomos desafiados a tentar compreender “a partir de baixo” a liderança não-organizada, e não apenas a liderança oficial. Creio, então, que o interesse pela história do trabalho estava fortemente ligado à mobilização dos trabalhadores. Esse interesse pela história e pela análise da ação coletiva dos trabalhadores desenvolveu-se muito na África do Sul. Hoje é possível identificar três diferentes abordagens nessa área.

A primeira é fortemente influenciada pela teoria do processo de trabalho centrada no mundo da classe, sua organização e no monopólio capitalista do trabalho. A partir desse enfoque, os estudiosos examinam a introdução do fordismo, embora um fordismo de tipo racial, particular da África do Sul, onde há produção de massa mas não consumo de massa, pois os salários são baixos. Existe, então, um fordismo racial, com um branco supervisionando os trabalhadores negros.

Uma segunda abordagem seguiu os trabalhadores até onde viviam, observando a organização do trabalho e as redes sociais em suas áreas de origem, principalmente nas vilas rurais. Nesse sentido enfatizou-se muito a cultura, influenciada pela perspectiva de E. P. Thompson, com o objetivo de entender o todo e não apenas o econômico ou a produção. Procurava-se entender a cultura da classe operária e sua história. Até então as pessoas tendiam

¹ Em 1973 uma onda de greves, iniciada na cidade de Durban tomou conta da África do Sul impulsionando a organização sindical entre os negros e a luta contra o *apartheid*. (N.E.)

a ver os negros como vítimas passivas do capitalismo, não possuindo autonomia ou mundo cultural. Eles eram apresentados apenas como vítimas de um sistema fortemente controlado. Os debates sobre a subjetividade e a consciência influenciaram essa necessidade de explorar o mundo dos trabalhadores para além da produção, analisando, por exemplo, sua música e sua dança. Portanto, essa foi uma segunda via que priorizou a cultura e a vida do trabalhador como um todo.

A terceira abordagem desenvolveu-se nos anos 80 a partir dos trabalhos do chamado New Movement Group. O foco desses estudos estava centrado no local de trabalho, abordando a repressão aos delegados sindicais de base (shop steward). O crescimento do sindicalismo fortaleceu a luta contra o *apartheid* e o movimento de libertação nacional, impulsionando o Congresso Nacional Africano (ANC).² Os sindicatos começaram a desenvolver simultaneamente suas lutas nos distritos habitacionais exclusivos para negros (townships) e nas fábricas com a luta pela democracia. Essa conexão entre os sindicatos e uma tradição política do passado, pela cidadania nos distritos, levou a uma terceira abordagem para entender a ligação dos sindicatos com a comunidade. O sindicalismo foi entendido como um movimento social e não somente como um órgão de negociação coletiva.

Na realidade, hoje poderíamos constatar a existência do que se poderia chamar de uma quarta abordagem, a de tentar entender a África do Sul no contexto da industrialização comparativa. O primeiro e mais óbvio paralelo identificado foi com o Brasil, pois o padrão de industrialização e a pre-

² O Congresso Nacional Africano (African National Congress - ANC) é o partido do presidente Nelson Mandela e a mais antiga organização negra da África do Sul. Fundado em 1912, o ANC tornou-se um grande movimento de massas a partir dos anos 50, quando desencadeou uma grande campanha de desobediência civil às leis do *apartheid*. Fortemente reprimido, seus principais líderes, Oliver Tambo e Nelson Mandela foram presos e condenados no início dos anos 60, mesmo período em que o ANC iniciou uma resistência armada ao governo sul-africano. Durante os anos 70 e 80, o ANC consolidou-se como principal partido de resistência ao *apartheid* liderando a luta pela democratização do país e consolidação de um Estado multi-racial. (N. E.)

sença de fortes movimentos sociais lutando pela democracia são similares. Em ambos os países temos o Estado dirigindo a industrialização, com substituição de importações, falta de infra-estrutura social e um importante sindicalismo surgido durante os anos 70. Nessa linha já há o livro escrito por Gay Seidman,³ no qual a militância nas fábricas e a emergência do "novo sindicalismo" brasileiro durante os anos 70 e 80 são comparadas com o sindicalismo sul-africano.

Em resumo, a história do trabalho tornou-se amplamente interessada na sociologia do movimento dos trabalhadores, tendo como ponto de partida o processo de trabalho e indo para a comunidade, para a ação política da classe e também para a industrialização comparativa. Hoje, muitos intelectuais e sindicalistas preocupam-se com a questão de como o sindicato se relaciona com a competição internacional e com a reestruturação produtiva. Moveu-se da relação com o Estado (agora democrático) e do corporativismo para a reestruturação, e, de novo, vemos paralelos comparativos com o Brasil.

Pergunta - Como a universidade analisou o ressurgimento dos movimentos sociais na África do Sul, em meados dos anos 70, e qual foi a importância de métodos como a história oral para os novos estudos sobre esses movimentos ?

Webster - A emergência do movimento dos trabalhadores militantes na periferia, no início dos anos 70, era algo que a teoria da dependência não podia explicar. Na visão de mundo a partir "do alto", proposta por Fernando Henrique Cardoso, no qual o capitalismo é controlado pelo sistema mundial e o capitalismo na periferia é visto como dependente, os trabalhadores do Terceiro Mundo são vistos ora como irrelevantes ora como passivos. Eles não têm uma história própria. Não têm agência, não são atores no fazer de sua própria história. Quando as greves estouraram em 1973 em Durban, a segunda maior área industrial da África do Sul, os intelectuais não podiam

³ SEIDMAN, Gay. *Manufacturing Militance. Worker's Movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*. Berkeley, University of Carolina Press, 1994. (N. dos E.)

entender. Para entender, e foi o que fizemos, foi preciso sair da sala de aula e ouvir os trabalhadores, e ao ouvi-los descobrimos uma história de luta, na qual eles puderam desenvolver suas próprias estratégias e sobreviver numa sociedade autoritária. Essa experiência transformou a natureza de nosso trabalho. O que as pessoas tendiam a ver eram intelectuais moldando os movimentos sociais, mas o que vemos aqui são os movimentos sociais moldando os intelectuais. O que aprendemos daquela experiência foi que a teoria estruturalista não era adequada para entender o movimento, a consciência e o conflito do ponto de vista dos trabalhadores. O que aprendemos foi a importância da voz dos trabalhadores, entendê-la logicamente, desenvolver a história - o que era muito importante pois se tendia a apagar essa história.

Uma primeira e importante inovação metodológica foi o uso da história oral, que se tornou a abordagem principal do trabalho histórico. Em segundo lugar fomos encorajados a usar como estratégia de pesquisa a observação participante, ou seja, tentar observar e participar e não tratar os movimentos como objetos, tentar estabelecer uma relação recíproca com eles.

Ao estudar esses movimentos, deve-se dar a eles informações e apoiar idéias, ter um envolvimento crítico com os movimentos, mas, ao mesmo tempo deve-se dar autonomia para os intelectuais, deve-se ser fiel à evidência e à consciência. Há momentos em que se deve criticar os sindicatos, pois não há apenas envolvimento político mas envolvimento crítico. Inovações metodológicas surgiram desse envolvimento, entretanto a mais importante foi o reconhecimento do papel dos movimentos sociais, o entendimento da periferia não pelo estruturalismo, pela teoria da dependência, mas pelo agente, pelo ator. Essa seria minha principal crítica à escola de Fernando Henrique Cardoso.

Pergunta - Na década de 70 e início da de 80, qual foi a base institucional para desenvolver uma relação com os movimentos sociais na universidade, e qual a posição dos sindicatos perante esse movimento vindo da universidade?

Webster - O que acreditávamos ser então nosso papel como intelectuais era um papel educador. Estabelecemos um instituto de educação industrial, um tipo de “escola dos trabalhadores”. Era um projeto ambicioso, em que se ensinavam aos trabalhadores sua história, economia, sociedade e organização. Fazíamos seminários nos finais de semana, e à noite. Em segundo lugar criamos o jornal *South African Labour Movement*, para analisar as atitudes e as políticas do movimento dos trabalhadores e colaborar para legitimá-las. Era um espaço para os trabalhadores se organizarem em uma atividade de propaganda e informação. Em terceiro lugar realizamos uma pesquisa - sobre salários e inflação - para ser utilizada nas negociações coletivas. Entendíamos isso como uma atividade de apoio na área da educação. Esta era uma atividade muito ameaçadora nos anos 70, em pleno auge do sistema de *apartheid*. O governo estava obviamente muito hostil. Nossas atividades eram sistematicamente atacadas. Primeiro eles baniram pessoas. O banimento é um sistema muito maligno: por cinco anos você é proibido de entrar no seu local de trabalho, na instituição, de falar com mais de uma pessoa ao mesmo tempo, não pode escrever nada, não pode aparecer publicamente - basicamente é o equivalente a ser preso mas você está em sua casa. Muitos intelectuais e as principais lideranças sindicalistas foram banidas, o que dificultou o movimento dos trabalhadores. O objetivo era impedir as atividades, e eles quase conseguiram - quase. Em 1976 estávamos muito frágeis, mas sobrevivemos, não exatamente da mesma forma. A atividade educacional e o instituto de pesquisa mudaram. Em 1979 as leis foram alteradas e diminuíram bastante as restrições à participação dos trabalhadores negros nos sindicatos, que então começaram a crescer rapidamente nos anos 80.

Esse movimento teve muito sucesso em sua legitimação, e os sindicatos começaram a desenvolver suas próprias estratégias de pesquisa e educação. Em meados dos anos 80 foi criado o Naledi,⁴ uma entidade de pes-

⁴ Sigla do National Labour and Economic Development Institute, órgão de estudos e pesquisas vinculado aos sindicatos sul-africanos. (N. E.)

quisa do próprio movimento sindical. Também foram criadas escolas e desenvolvidas políticas de formação sindical orgânicas. Hoje os intelectuais e acadêmicos já não têm mais o mesmo papel que tinham durante os anos 70 e início dos 80, já que atualmente os movimentos sociais desenvolveram suas próprias atividades organizacionais.

Pergunta - Se, numa situação hipotética, o senhor fosse desenvolver um projeto de estudo sobre as origens da classe trabalhadora no Brasil, incluiria os escravos nessa formação e por quê?

Webster - Obviamente eu teria que incluir os escravos em qualquer história da classe trabalhadora no Brasil porque eles deixaram de ser apenas um bem para produzir mais-valia em plantações de cana que impulsionaram a economia do Brasil. Temos que entender que o movimento dos trabalhadores que emerge em colônias é diferente daquele que surge no capitalismo europeu. No colonialismo, você tem a conquista da população nativa, a distribuição de sua terra, a destruição de sua cultura e também a introdução de trabalho não-livre do qual a forma mais extrema é o sistema escravista. A escravidão estava no centro do desenvolvimento do capitalismo global e do capitalismo no Brasil. Seria uma grande distorção na história da classe trabalhadora se não se incluísse essa forma de trabalho não-livre. Particularmente, o Brasil é um exemplo curioso de trabalho não-livre porque é o último país a abolir a escravidão, em 1888. A escravidão é um grande paradoxo a se explicar, e eu veria como um dos enigmas e desafios para o estudo da classe trabalhadora no Brasil.

Pergunta - Atualmente existem uma série de bons estudos e pesquisas sobre as relações de gênero, relações raciais, conflitos étnicos, diferenças geracionais, entre outros. Temos percebido que todas essas questões e problemas devem ser levados em conta quando falamos em formação da classe trabalhadora. Desta forma, como o senhor vê a questão das relações raciais na África do Sul hoje? As relações raciais seriam um modo de unir a classe ou de desuni-la?

Webster - Creio que a questão da raça tem estado no centro da classe trabalhadora na África do Sul. O melhor modo de entendê-la é olhar para trás, nos anos 1880, quando o ouro foi descoberto e a indústria da mineração queria reduzir seus custos devido ao baixo teor de ouro encontrado nas rochas. Eles resolveram o problema ao contratar a população africana da área rural para se dirigir às minas. Estes deixaram suas famílias para trás, o que os tornava mão-de-obra barata, pois viviam como homens solteiros em acomodações fortemente controladas. Esse era o perfil básico da classe trabalhadora que criava a riqueza da indústria de mineração. Eles não queriam brancos, pois estes, como grupo, tinham direitos de sindicalização, instrução, entre outros. Havia duas classes trabalhadoras, uma pequena classe branca, privilegiada, e uma classe negra grande, uma força de trabalho desorganizada, fortemente controlada e barata. A mim, parece que no Brasil as coisas foram muito diferentes, pois em vez de utilizar a mão-de-obra local, o trabalho foi realizado pelos imigrantes europeus, na base do qual a indústria se desenvolveu, para “europeizar” o Brasil. Como efeito, a demografia social resultante foi um Brasil de classe trabalhadora predominantemente branca e de origem européia. Na África do Sul o que emerge é uma classe trabalhadora negra, excluída do sistema político e econômico, detentora de uma forma de luta muito militante. Essa é uma diferença chave, pois nas condições sul-africanas a classe trabalhadora branca foi basicamente cooptada pelas estruturas do poder branco.

Pergunta - Recentemente a questão da “guinada lingüística” [linguistic turn] começou a ter alguma influência na historiografia brasileira. Existe algum impacto dessa posição na historiografia sobre o trabalho na África do Sul e quais as críticas que são feitas a esse conceito em seu país?

Webster - A abordagem do discurso pós-moderno nas ciências sociais não teve grande impacto na história do trabalho na África do Sul. De fato o núcleo de pesquisas sobre o trabalho do Departamento de Sociologia da Universidade de Witwatersrand organizou um seminário em Johannesburgo,

em 1993, onde tentamos nos remeter a essa questão, isto é, se era possível recorrer à análise de discurso em um projeto para entender a história do trabalho. É muito importante focar o local do trabalho, a classe, dar algum valor a noção de discurso, de mundos culturais e utilizá-las. Tais noções não devem ser mutuamente excludentes. Mas o desafio dessa produção ainda não teve maior impacto na história do trabalho da África do Sul.

Pergunta - Qual o papel e as perspectivas para a história da classe operária na África do Sul num contexto de reestruturação industrial e de globalização econômica neste fim de século?

Webster - O movimento dos trabalhadores na África do Sul entrou em uma fase diferente de sua história com a chegada de um governo democrático, em 1994, sob a liderança de Nelson Mandela. Nas décadas anteriores esse movimento estava preocupado com a mobilização coletiva, pela melhoria dos salários na fábrica, pelas lutas por democracia, contra o sistema de *apartheid* e um governo muito hostil. Isso, foi em grande parte, conseguido com a aliança feita com o Congresso Nacional Africano nas eleições presidenciais de 1994. Aquela fase do movimento dos trabalhadores acabou.

Creio que agora encaramos dois desafios diferentes. Um é como mudar de um papel de oposição ao Estado para certo tipo de parceria com um novo Estado democrático. Há uma aliança formal entre o Cosatu⁵ e o ANC, e ela teve um papel central na vitória eleitoral de Mandela em abril de 1994. Um grande número de líderes sindicais ocuparam cargos no Parlamento e no governo. Muito da inovação e das propostas estratégicas do atual governo

⁵ O Cosatu (Congress of South African Trade Unions) é a principal central sindical sul-africana reunindo importantes sindicatos, como o dos mineiros, químicos e metalúrgicos. Fundado em novembro de 1985, como resultado das lutas sindicais desenvolvidas a partir das greves de 1973, o Cosatu teve um importante papel no processo de democratização e luta anti-*apartheid*. Em 1994 aliou-se ao ANC em apoio à campanha presidencial de Nelson Mandela. (N. E.)

veio da militância do movimento sindical. Creio que um exemplo é o Conselho Nacional Econômico de Desenvolvimento e Trabalho (Nedlac), uma estrutura tripartite com a presença do governo, dos trabalhadores e de empresários, onde as questões chave do trabalho e da política econômica são discutidas e decididas antes de irem para o Parlamento. Essa instituição é inspirada nas lutas e propostas do Cosatu contra os fundamentos da reestruturação econômica promovida pelo governo do *apartheid*. Ou seja, é uma instituição que tem suas raízes nas lutas do movimento dos trabalhadores. Outro exemplo de inovação é o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento, um programa político especial do governo visando suprir as necessidades básicas da população na área de habitação. Essa também foi uma proposta do Cosatu. Assim, o governo da unidade nacional, capitaneado por Nelson Mandela, foi moldado pelo movimento dos trabalhadores e pelas suas lutas nos anos 80.

Entretanto, tendo conseguido a democracia, o movimento agora encara um outro tipo de desafio, ou seja, como se lida com uma situação que não é de oposição mas de parceria e aliança formal. A formulação mais desenvolvida até agora indica que o movimento dos trabalhadores deve manter sua autonomia, mas deve também desenvolver uma relação de parceria na criação de políticas públicas. Exige o direito de ser consultado e, se não estiver de acordo, tem o direito de greve. Isso é muito importante. O Cosatu garantiu esse direito na Constituição da nova África do Sul. Houve uma greve em junho de 1995, com demandas específicas. O presidente Nelson Mandela falou aos trabalhadores em Johannesburgo, afirmando que eles tinham o direito de fazer greve, que isso era parte da democracia, pois o movimento dos trabalhadores é um ator autônomo. Eu creio que a relação com o Estado é potencialmente construtiva. No entanto, é possível que, se o governo falhar em desenvolver a reconstrução do país em bases mais justas, atendendo boa parte das demandas dos trabalhadores, o movimento dos trabalhadores entre em conflito aberto em certas questões. E é difícil prever o que será essa relação no futuro. Mas minha opinião, a partir da pesquisa que desenvolvo sobre as atividades do Cosatu, é de que a aliança entre esta e o ANC

permanecerá pelo menos até a próxima eleição em 1999. Obviamente haverá conflitos de tempos em tempos. Há uma aceitação de que na África do Sul deverá existir uma relação de partes iguais e de atores autônomos, numa tentativa de desenvolver um novo crescimento, de redistribuir a riqueza.

Um segundo desafio é o de como lidar com as transformações na economia internacional. Com a democracia, há agora uma forte pressão no sentido de abrir a economia para a competição, reduzindo impostos e tarifas. As empresas sul-africanas estão enfrentando uma forte competição internacional, tendo de buscar financiamento em todo o mundo e terceirizando e enxugando sua mão-de-obra para se tornarem competitivas e reduzirem custos. Esse é o desafio que o movimento sindical enfrenta no momento. Há um forte sentimento predominante dentro do Cosatu de que o modo de lidar com isso é permitir que o trabalhador participe dos processos de decisão logo nos primeiros estágios de qualquer reestruturação, democratizando-a tanto em nível de empresa, setor ou mesmo de uma política industrial para o país. O modo de fazê-lo, aprovado pelo Nedlac em proposta que agora vai para o Parlamento, é que se deverá envolver o trabalhador já no local de trabalho como parceiro nas decisões do processo de reestruturação, fornecendo informações sobre mudanças tecnológicas e a situação financeira da companhia. Deste modo, criaria-se uma nova forma de produção e relação industrial, pois o *apartheid* nos deixou uma atmosfera de permanente conflito e uma baixa produtividade. Esta é uma forma de aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, criar o que vocês aqui no Brasil chamam de Câmaras Setoriais ou conselhos industriais, que lidariam com as questões de negociação coletiva como um todo e todas as questões como treinamento, política industrial, subsídios etc.

Uma terceira idéia é possuir uma estrutura tripartite em Câmaras de mercado, comércio e política fiscal para desenvolver um país que possui uma comunidade multivariada e multi-racial. Essa estrutura em nível nacional mostrará que os trabalhadores e também os desempregados, serão consultados neste processo de reestruturação e, ao fazê-lo, não apenas aumentaremos a qualidade das decisões, mas também traremos o apoio e a

participação das pessoas nas decisões, o que consolida a democracia. Teremos que reinventar um novo sistema político encorajando os partidos e as forças sociais a canalizar os conflitos para essas novas instituições democráticas.

Estes dois desafios - o de desenvolver relações com o Estado democrático e o de como se integrar numa economia competitiva global - são muito difíceis, mas acredito que estão sendo encarados de um modo inovador. É óbvio que há um forte sentimento por parte dos empregadores de que essas instituições tomam tempo e estariam contra a tendência global (que é a de reduzir o poder dos trabalhadores, reforçar a administração, desregular os direitos sociais, descentralizar etc.). Mas sentimos que se tentarmos reestruturar e reconstruir a África do Sul sem incluir o movimento dos trabalhadores com um papel central, teremos uma verdadeira guerra civil e no nível da fábrica haverá confronto constante. Este, na minha opinião, é o modo mais inteligente e correto de fazê-lo e, provavelmente, também, o modo mais produtivo.

Pergunta - Nesse tipo de política não há o risco de que os movimentos sociais da África do Sul venham a apoiar ou fiquem reféns da agenda neoliberal?

Webster - Essa é uma questão muito séria. É muito articulada pela extrema-esquerda. Minha opinião é de que o modo como o sindicalismo vem se desenvolvendo na África do Sul e como o governo vem lidando com essa questão tem evitado a falsa dicotomia entre revolução versus reforma. O que ocorre é uma terceira forma. Por um lado não há uma ruptura revolucionária na África do Sul, aquela em que se toma o poder de Estado e se cria um sistema completamente novo. O que está ocorrendo é uma revolução negociada, ou, se preferirem, uma mudança negociada em que os movimentos foram colocados para dentro das estruturas. Eles utilizaram o espaço legal para serem reconhecidos, trabalharam nessas estruturas tripartites, lutando agora também no Parlamento. Eles usam os espaços legais, em outras pala-

vas, usam táticas para fins radicais visando uma grande redistribuição do poder econômico e político no país.

Assim, em vez de ver como uma dicotomia entre revolução e reforma eu veria como uma estratégia de reforma radical, onde uma força radical lida com as estruturas existentes. O importante é o fato que estes movimentos estão simultaneamente dentro e fora das estruturas, pois operam dentro do Parlamento, dentro do governo e no Nedlac, mas, ao mesmo tempo, estão fortemente organizados do lado de fora como movimentos sociais, com uma base massiva em todo o país, com capacidade e vontade de mobilizar caso sintam ser preciso exercer seu poder. Portanto, há uma situação em que se opera dentro e fora das instituições, combinando mobilização direta e indireta. Creio que é um meio inovador e eficiente de transformar e mover-se a frente dentro das estruturas da sociedade capitalista. Obviamente há tensões difíceis de resolver, há aqueles envolvidos no Parlamento que perderam os movimentos sociais de vista e aqueles ligados aos movimentos que perderam o Parlamento de vista. Mas creio que essas tensões são o que nos move adiante, são as pressões que asseguram que o governo eleito responda às necessidades básicas do povo sul-africano.

Pergunta - Qual é, portanto, a especificidade da África do Sul no mundo atual, ou seja, há um papel único que cabe à África do Sul?

Webster - A África do Sul é única no Terceiro Mundo contemporâneo, no sentido de que possui uma combinação do movimento dos trabalhadores, inovadora e militante, em aliança com um governo de centro-esquerda. Essa combinação é crucial para compreender o potencial criativo da África do Sul, porque significa que há um governo no poder que não é socialista e, assim não é visto como um desafio fundamental para a ordem capitalista mundial, como foi o Chile em 1973. Na situação chilena, o governo era parte de um processo de transformação revolucionária radical e a comunidade mundial, ou melhor, os Estados Unidos se mobilizaram contra aquilo e arquitetaram um golpe. Esse perigo, essa possibilidade não é possí-

vel na África do Sul, pois ali o capitalismo não está sendo desafiado de forma revolucionária.

O processo de redistribuição dentro do sistema mostra que ao mesmo tempo há um governo de centro-esquerda e uma pressão da esquerda por meio do Cosatu, para se chegar a uma redistribuição de objetivos, e isso é único no Terceiro Mundo neste momento. Quer dizer, a analogia com o Chile não é possível: o governo sul-africano não está tentando nacionalizar a indústria de modo que alguma força capitalista internacional achasse por bem intervir. Em segundo lugar, uma diferença importante entre a África do Sul e a América Latina é que nosso sistema está baseado no Parlamento inglês - as eleições são para Parlamento. O Executivo tem maioria mas não há a possibilidade que o ANC perca no Parlamento. Em terceiro lugar nunca tivemos um golpe na África do Sul, nem creio que haverá um no futuro. A extrema-direita foi há muito neutralizada.

O desafio - e não a ameaça - ao sistema vem das demandas e expectativas das pessoas pelas suas necessidades básicas - habitação, alimentação, eletricidade, água, educação etc. Se isso não for atendido haverá greves e protestos desafiando o governo. Mas ainda é muito cedo para fazer tais afirmações.